

PROPOSTA DE LEI DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Considerando a necessidade de diversificar a matriz energética nacional, reforçar a segurança de abastecimento e mitigar os impactes ambientais associados ao uso de combustíveis fósseis;

Considerando a necessidade de se diversificar a produção de bens agrícolas, tendo em conta as potencialidades do país na produção de culturas, não só para fins alimentares, mas também para a produção de biocombustíveis e geração de energia;

Tendo em conta o significativo potencial de Angola para o aproveitamento energético sustentável da biomassa em todas as suas formas contribuindo simultaneamente para a gestão de resíduos, o desenvolvimento rural, criação de emprego e de novas cadeias de valor;

Reconhecendo a importância de um quadro regulatório claro, estável e unificado para incentivar e atrair investimento, promover a inovação e garantir o desenvolvimento do sector da bioenergia;

Visando simplificar e agilizar os processos de licenciamento e fiscalização através da instituição de uma entidade reguladora com competência transversal sobre a biomassa e os biocombustíveis, que actue como ponto de referência e assegure a necessária articulação com os demais órgãos da Administração Pública com atribuições relevantes;

Sublinhando a exigência de que todo o aproveitamento energético da biomassa e a produção de biocombustíveis obedeçam a rigorosos critérios de sustentabilidade ambiental, social e económica, protegendo a segurança alimentar, a biodiversidade, os recursos naturais e os direitos das comunidades;

A Assembleia Nacional aprova por mandato do Povo...

CAPÍTULO I

Disposições e princípios gerais

ARTIGO 1.º

(Objecto)

A presente lei estabelece o regime jurídico aplicável à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização, consumo interno, exportação e utilização da biomassa e biocombustíveis para fins energéticos.

ARTIGO 2.º

(Âmbito de aplicação)

A presente lei aplica-se a todas as pessoas singulares ou colectivas, publicas ou privadas que exerçam actividades relacionadas com o aproveitamento energético da biomassa e produção de biocombustíveis abrangendo toda a cadeia de valor em território nacional.

ARTIGO 3.º

(Definições)

Para efeitos da presente lei, entende-se por:

- a) «*biocombustíveis*» os combustíveis líquidos, sólidos e gasosos produzidos a partir de matéria-prima renovável de origem biológica (biomassa), como plantas, algas, resíduos agrícolas, florestais ou orgânicos;
- b) «*biocombustíveis avançados*» os biocombustíveis produzidos a partir das matérias-primas não convencionais e que utilizam tecnologias inovadoras para maior eficiência e sustentabilidade nos termos do Anexo I;
- c) «*biocombustíveis convencionais*» os biocombustíveis produzidos a partir de cereais e de outras culturas ricas em amido, de culturas açucareiras e oleaginosas e de culturas destinadas essencialmente para fins energéticos, bem como outras matérias-primas que venham a ser definidas pela Entidade Reguladora dos biocombustíveis, de acordo com os avanços científicos e tecnológicos que se registem sobre a matéria a nível internacional;
- d) «*biomassa*» a fracção biodegradável de produtos, resíduos ou detritos de origem biológica provenientes da agricultura, incluindo substâncias de origem animal e vegetal, da exploração florestal e de indústrias afins, incluindo da pesca e da aquicultura, bem como a fracção biodegradável dos resíduos industriais e urbanos;
- e) «*crédito de biocombustível*» activo intangível e fungível representativo da redução de emissões de GEE resultante de projectos de biocombustíveis, incluindo a quantidade de tonelada de CO₂ equivalente (tco_{2e}) que deixou de ser emitida pelo uso do biocombustível em substituição de combustíveis fósseis;
- f) «*entidade reguladora dos biocombustíveis*» o ente público criado nos termos da lei, com autonomia administrativa, patrimonial e financeira responsável pela regulação, licenciamento e fiscalização das actividades abrangidas pela presente lei;
- g) «*GEE*» gases de efeito estufa;

- h) «Fornecedores de combustíveis» são as entidades importadoras, refinadoras ou distribuidoras que comercializam combustíveis líquidos e gasosos de origem fóssil ou biocombustíveis, puros ou em mistura, destinados ao consumo final;
- i) «matéria-prima» fontes destinadas à produção de biomassa para a produção de biocombustíveis;
- j) «operadores económicos de biocombustíveis» os produtores de biomassa destinada à produção de biocombustíveis, os fornecedores de combustíveis e os produtores de biocombustíveis;
- k) «pequeno agricultor» pessoa singular que exerce actividade agrícola em regime de economia familiar caracterizada por utilização predominantemente mão de obra de seu agregado, baixa mecanização, cuja exploração da área cultivável não excede a 5 (cinco) hectares;
- l) «pequeno produtor» o produtor de biocombustíveis que tenha uma produção máxima anual de 5000 toneladas;
- m) «produtores de biocombustíveis» quaisquer entidades que produzam biocombustíveis em território nacional;
- n) «certificado de qualidade do biocombustível» documento que atesta que o biocombustível, destinado a ser incorporado no consumo nacional, cumpre os padrões de qualidade técnica e critérios de sustentabilidade previstos na presente lei;
- o) «selo social de biocombustível» documento concedido ao produtor de biocombustíveis que integra a agricultura familiar na cadeia produtiva, segundo os critérios previstos na presente lei;
- p) «Zonas Húmidas», áreas de pântano, charco, turfa ou água tanto natural como artificial, permanente ou temporária com água estagnada ou corrente, salobra, doce ou salgada, incluindo águas de áreas marinhas com profundidade, que em maré baixa, não ultrapassa os seis metros;
- q) «Zonas continuamente arborizadas» área delimitada por lei ou por ordenamento territorial, cuja cobertura vegetal com árvores deve ser mantida de forma contínua, por razões ambientais ou de interesse público.

Princípios e Objectivos

ARTIGO 4.º

(Princípios gerais)

A produção de biomassa destinada à produção de biocombustíveis e a sua utilização obedece aos seguintes princípios:

- a) Sustentabilidade ambiental, social e governança;
- b) Diversificação e segurança energética;
- c) Desenvolvimento local e regional;
- d) Segurança alimentar e uso sustentável dos recursos naturais;
- e) Promoção da economia circular;
- f) Eficiência energética e económica;
- g) Cooperação inter-sectorial e simplificação administrativa;
- h) Transparência, informação e participação pública;
- i) Promoção da investigação, desenvolvimento e inovação;
- j) Utilizador-pagador e poluidor-pagador.

ARTIGO 5.º

(Objectivos)

A presente lei visa promover os seguintes objectivos:

- a) desenvolvimento rural através da integração económica dos produtores agrícolas nacionais e das comunidades rurais;
- b) desenvolvimento, reaproveitamento e da construção de infra-estruturas de transporte, energia e telecomunicações;
- c) satisfazer as necessidades energéticas nacionais, promovendo a diversificação energética, a redução da dependência das exportações do petróleo e gás e atingir as metas nacionais de descarbonização;
- d) criar emprego e melhorar as condições de vida das populações que vivem nas zonas rurais e áreas de desenvolvimento das actividades de produção de biomassa destinada à produção de biocombustíveis e de produção dos biocombustíveis, promovendo a fixação das populações nas regiões rurais;
- e) promover a produção de matérias-primas destinadas à produção de biocombustíveis
- f) Promover a redução das emissões de gases de efeito estufa em diferentes sectores do país.

ARTIGO 6.º

(Entidade Reguladora)

A entidade reguladora para os biocombustíveis é a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, ANPG.

CAPÍTULO II

Incorporação de biocombustíveis no fornecimento de combustível no mercado

ARTIGO 7.º

(Metas nacionais de incorporação)

1. Os fornecedores de combustíveis estão obrigados a incorporar biocombustíveis de produção nacional, nas quantidades de combustíveis por si introduzidas no mercado nacional para consumo final, nos seguintes termos:
 - a) 2% de bioetanol a partir 2035;
 - b) 2% de biodiesel a partir de 2035;
2. Compete à entidade reguladora fixar as metas de incorporação a partir do ano de 2037, incluindo para biocombustíveis não previstos no número anterior, após a consulta de entidades especializadas para o efeito, devendo tais metas serem aprovadas e anunciadas com uma antecedência mínima de dois anos sobre a sua data de entrada em vigor.
3. As metas nacionais de incorporação devem ser cumpridas através da incorporação de biocombustíveis considerados sustentáveis, nos termos da presente Lei.
4. A obrigação de incorporação é comprovada através da apresentação dos certificados de qualidade de biocombustíveis pelos fornecedores de combustíveis, para cancelamento junto da entidade reguladora de biocombustíveis, nos termos do artigo 21.º da presente Lei.
5. O Titular do Poder Executivo pode suspender ou reduzir as percentagens de incorporação, bem como implementar outras medidas necessárias, nos seguintes casos:
 - a) Fenómenos de seca extrema;
 - b) Motivos de segurança alimentar;
 - c) Impacto ambiental negativo sobre a disponibilidade ou a qualidade da água, fertilidade do solo ou da biodiversidade; e
 - d) Outros motivos de interesse público.
6. Em caso de indisponibilidade de produção de biomassa nacional ou de produção de biocombustível nacional necessários para satisfazer a demanda de produtores de biocombustíveis ou de fornecedores de biocombustíveis, o departamento ministerial que superintende os biocombustíveis pode autorizar a pedido dos fornecedores de combustíveis e dos produtores de biocombustíveis, que seja suspensão total ou parcialmente a obrigação de incorporação, ou que sejam total ou parcialmente

satisfeitas através da incorporação de biocombustíveis importados ou de biocombustíveis produzidos a partir de biomassa importada.

7. Para efeitos do disposto no número anterior, os pedidos são previamente submetidos à entidade reguladora que, mediante parecer favorável, remete ao departamento ministerial que superintende os biocombustíveis para aprovação.

ARTIGO 8.º

(Matéria-prima para a produção de Biocombustíveis)

1. Para produção de biocombustíveis, podem ser utilizadas, dentre outras, as matérias-primas abaixo listadas:
 - a) Rícino ou mamona;
 - b) Jatrofa;
 - c) Cártamo;
 - d) Cana-de açúcar;
 - e) Girassol;
 - f) Soja;
 - g) Gergelim;
 - h) Cevada;
 - i) Amendoim;
 - j) Sorgo;
 - k) Resíduos.
2. A utilização de matérias-primas não elencadas no ponto anterior, pode ser aprovada pela Entidade Reguladora de Biocombustíveis.

CAPÍTULO III

Produção de biomassa e biocombustíveis e critérios de sustentabilidade

ARTIGO 9.º

(Princípio de sustentabilidade)

Para efeitos das metas de incorporação previstas na presente lei, apenas são considerados os biocombustíveis consumidos em território nacional que cumpram os critérios de sustentabilidade e de reduções de GEE previstos no presente capítulo.

ARTIGO 10.º

(Produção de biomassa agrícola em terrenos ricos em biodiversidade)

1. Para efeitos das metas de incorporação previstas na presente lei, não são considerados os biocombustíveis produzidos a partir de biomassa agrícola proveniente de terrenos ricos em biodiversidade.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, são considerados terrenos ricos em biodiversidade aqueles que detêm ou tenham detido um dos seguintes estatutos, ainda que, entretanto, os possam ter perdido:
 - a) Floresta primária e outros terrenos arborizados, ou seja, floresta e outros terrenos arborizados de espécies indígenas, caso não haja indícios visíveis de actividade humana e não se verifiquem perturbações significativas nos processos ecológicos;
 - b) Áreas que sejam designadas para fins de conservação ambiental, a menos que se comprove que a produção das referidas matérias-primas não afectou ou afecta os respectivos fins de conservação ambiental;
 - c) Outras áreas de protecção de espécies ou ecossistemas raros, ameaçados ou em risco de extinção, reconhecidas por acordos internacionais, ou incluídas em listas elaboradas por organizações intergovernamentais, ou pela União Internacional para a Conservação da Natureza, a menos que se comprove que a produção das referidas matérias-primas não afectou ou afecta os respectivos fins de conservação ambiental.

ARTIGO 11.º

(Produção de biomassa agrícola em terrenos com elevado teor de carbono)

1. Para efeitos das metas de incorporação previstas na presente lei, não são considerados os biocombustíveis produzidos a partir de biomassa agrícola proveniente de terrenos com elevado teor de carbono, sendo considerados terrenos com elevado teor de carbono aqueles que, tenham tido um dos seguintes estatutos, ainda que o possam ter perdido:
 - a) Zonas húmidas;
 - b) Zonas continuamente arborizadas.

2. O disposto no n.º 1 não é aplicável aos biocombustíveis produzidos a partir de matérias-primas provenientes de terrenos que, em [*Janeiro de 2008*], detivessem o estatuto de zona húmida, se o cultivo e colheita das matérias-primas em causa não implicarem a drenagem de solo anteriormente não drenado e perturbações significativas nos processos ecológicos.

ARTIGO 12.º

(Produção de biomassa florestal)

Para efeitos das metas previstas na presente lei, apenas são considerados os biocombustíveis produzidos a partir de biomassa florestal que, para minimizar o risco de utilização de biomassa florestal proveniente de uma produção não sustentável, cumpram os seguintes critérios:

- a) Legalidade das operações de colheita;
- b) Regeneração da floresta nas zonas de colheita;
- c) Protecção das áreas designadas, pela legislação nacional ou internacional ou pela autoridade competente para fins de protecção da natureza;
- d) Realização da colheita tendo em conta a preservação da qualidade dos solos e da biodiversidade no intuito de minimizar os impactos negativos.

ARTIGO 13.º

(Critérios para a redução dos gases com efeito de estufa e cálculo do impacto dos biocombustíveis)

1. Para efeitos das metas previstas na presente lei, a redução de emissões de gases com efeito de estufa resultante da utilização de biocombustíveis em comparação com o combustível que visam substituir, deve corresponder a um valor a ser definido pelo [*departamento ministerial responsável pelo ambiente, após consulta da entidade reguladora dos biocombustíveis*].
2. O valor da redução de emissões de GEE resultante da utilização de biocombustíveis é calculado de acordo com a metodologia a definir pelo [*departamento ministerial responsável pelos biocombustíveis, após consulta da entidade reguladora dos biocombustíveis*].

Artigo 14.º

(Requisitos para o cumprimento dos critérios de sustentabilidade e redução de emissões de GEE)

1. Para efeitos da verificação dos critérios de sustentabilidade e de redução dos GEE definidos na presente lei, os produtores de biocombustíveis devem comprovar o seu cumprimento com recurso a um método de balanço de massas que:
 - a) Permita misturar lotes de matérias-primas ou biocombustíveis com diferentes características de sustentabilidade e de redução de emissões com efeitos de estufa, designadamente em contentores, instalações de processamento ou logística, infraestruturas ou locais de transporte e distribuição;
 - b) Permita a mistura de remessas de matérias-primas com diferentes teores energéticos para efeito de processamento posterior, desde que a dimensão das remessas seja ajustada em função do seu teor energético;
 - c) Implique que a informação sobre as características de sustentabilidade e as dimensões dos lotes referidos na alínea anterior se mantenha associada à mistura; e
 - d) Preveja que a soma de todos os lotes retirados da mistura seja descrita como tendo as mesmas características de sustentabilidade, nas mesmas quantidades, que a soma de todos os lotes adicionados à mistura.
2. A informação prestada ao abrigo do disposto na alínea a) do número anterior é certificada por auditoria independente mediante verificação de que os sistemas utilizados pelos operadores económicos são exactos e seguros, e avaliação da frequência e metodologia de amostragem e a solidez dos dados.
3. Da informação prevista no número anterior devem constar:
 - a) Dados relativos ao cumprimento dos critérios de sustentabilidade previstos nos [artigos 10.º a 13.º / anteriores];
 - b) Medidas tomadas para protecção dos solos, da água e do ar, a reconstituição dos terrenos degradados; e
 - c) Medidas relativas à prevenção do consumo excessivo de água em zonas em que a água é escassa.

CAPÍTULO IV

Incorporação e certificados de qualidade de biocombustíveis

ARTIGO 15.º

(Condições de incorporação e obrigações de informação)

1. A incorporação de biocombustíveis em combustíveis fósseis deve realizar-se em condições que assegurem a sua qualidade e homogeneidade e permitam determinar o seu conteúdo em biocombustíveis e o cumprimento das especificações técnicas.

2. A incorporação de biocombustíveis em combustíveis fósseis realiza-se em conformidade com as especificações técnicas aprovadas pelo departamento ministerial responsável pelos biocombustíveis, considerando as especificações e os tipos mais utilizados no mercado internacional.
3. Os fornecedores de combustíveis devem informar os comerciantes de produtos petrolíferos ou consumidores finais por si fornecidos, do conteúdo de biocombustíveis nos produtos que forneçam, em percentagem do volume total do produto fornecido.
4. Sempre que existir incorporação de biocombustíveis com derivados de petróleo, é obrigatória a inscrição da percentagem de incorporação nos equipamentos de abastecimento dos postos de venda de combustíveis.

ARTIGO 16.º

(Comunicação da incorporação)

1. Os fornecedores de combustíveis, registados junto da entidade reguladora dos derivados do petróleo, devem comunicar a esta, trimestralmente, até ao final dos meses de Janeiro, Abril, Julho e Outubro, as quantidades de biocombustíveis incorporados nos combustíveis por si comercializados no trimestre anterior.
2. A entidade reguladora dos derivados do petróleo deve comunicar à entidade reguladora dos biocombustíveis a informação obtida nos termos do n.º 1 do presente artigo.

Artigo 17.º

(Certificados de qualidade de biocombustíveis)

1. A incorporação de biocombustíveis em combustíveis fósseis é comprovada pelo certificado de qualidade de biocombustíveis.
2. O certificado de qualidade de biocombustíveis é válido por um período de dois anos a partir da data da sua emissão e é transaccionável por produtores de biocombustíveis e fornecedores de combustíveis.
3. A entidade responsável pela emissão do certificado de qualidade de biocombustíveis é a entidade reguladora de biocombustíveis.

Artigo 18.º

(Emissão do certificado de qualidade de biocombustíveis)

1. O certificado de qualidade de biocombustíveis é emitido a favor do produtor de biocombustíveis.

2. A emissão do certificado de qualidade de biocombustíveis depende do cumprimento dos critérios de sustentabilidade fixados [no capítulo III / nos artigos 10.º a 14.º / na presente lei].
3. Os termos e condições necessários para a emissão e atribuição dos certificados de qualidade de biocombustíveis serão aprovados em regulamento próprio pela entidade reguladora de biocombustíveis.
4. Para efeitos do disposto no número anterior, as referidas matérias-primas são acompanhadas de documentação que comprove a sua natureza e origem, nos termos a definir pela Entidade Reguladora de Biocombustíveis.
5. A verificação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade está sujeita ao pagamento de taxas em montante a definir nos termos da legislação aplicável.

Artigo 19.º

(Avaliação dos critérios de sustentabilidade para emissão do certificado de qualidade de biocombustíveis)

1. Para efeitos do artigo anterior, a avaliação do cumprimento dos critérios de sustentabilidade é efectuada pela entidade reguladora de Biocombustíveis, nos termos a definir em regulamentação complementar, tendo por base verificações independentes, efectuadas por entidades verificadoras, que garantam o cumprimento dos critérios de sustentabilidade em todo o segmento de valor na produção de biocombustíveis.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, os operadores são obrigados a contratar uma empresa verificadora independente acreditada ou licenciada pela entidade reguladora de Biocombustíveis.

ARTIGO 20.º

(Prestação de informação para a transação do certificado de qualidade de biocombustíveis)

1. As transacções de certificados de qualidade de biocombustíveis são comunicadas à entidade reguladora no mês seguinte ao trimestre a que digam respeito.
2. Os produtores de biocombustíveis informam a entidade reguladora sobre:
 - a) o volume de biocombustíveis produzidos;
 - b) o volume de biocombustíveis fornecidos;
 - c) o número de certificados de qualidade de biocombustíveis que acompanharam os biocombustíveis fornecidos;
 - d) as transacções de certificados de qualidade de biocombustíveis efectuadas com os fornecedores de combustíveis;

- e) as quantidades de biocombustíveis por si incorporados no consumo nos termos do artigo 5.º.
- 3. Os fornecedores de combustíveis devem informar a entidade reguladora sobre o volume de biocombustíveis adquirido, as transações de Selos de Biocombustíveis efectuadas com produtores de biocombustíveis ou outros fornecedores de biocombustíveis, bem como, as quantidades de combustíveis colocadas no mercado.

ARTIGO 21.º

(Cancelamento do certificado de qualidade de biocombustíveis)

1. O fornecedor de combustíveis deve entregar à entidade reguladora de Biocombustíveis o certificado de qualidade de biocombustíveis representativos dos biocombustíveis incorporados no ano anterior ao da entrega, para prova do cumprimento da obrigação de incorporação de biocombustíveis prevista no [artigo 7.º].
2. A entidade reguladora de biocombustíveis procede ao cancelamento do certificado de qualidade de biocombustíveis entregues ao abrigo do n.º 1.

Artigo 22.º

(Crédito de Biocombustíveis)

Os projectos de biocombustíveis podem gerar créditos de biocombustíveis associados a não emissão ou redução de gases de efeito estufa e à protecção da biodiversidade.

CAPÍTULO V

Coordenação e supervisão

Artigo 23.º

(Atribuições e competências sobre as actividades de biocombustíveis)

1. A entidade reguladora responsável pela gestão, regulação, incluindo fiscalização, de todas as actividades relacionadas com as actividades dos biocombustíveis é a Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, ANPG, sem prejuízo das demais competências atribuídas por lei.
2. Compete à entidade reguladora:
 - a) Licenciar os produtores de biocombustíveis;
 - b) Proceder ao registo das instalações de produção e armazenagem de biocombustíveis;

- c) Realizar as inspecções necessárias às instalações de produção de biocombustíveis, produção e armazenagem de biocombustíveis, directamente ou através de entidades contratadas ou acreditadas para o efeito;
 - d) Emitir e cancelar os Selos de Biocombustíveis nos termos da presente lei, bem como, supervisionar e controlar o cumprimento das obrigações de incorporação de biocombustíveis;
 - e) Manter a base de dados dos produtores de biocombustíveis e incorporadores de biocombustíveis devidamente actualizada;
 - f) Verificar o cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos biocombustíveis produzidos;
 - g) Criar, manter e gerir um sistema de registo do cumprimento dos critérios de sustentabilidade dos lotes de biocombustíveis;
 - h) Realizar as inspecções necessárias à emissão de certificados de cumprimento dos critérios de sustentabilidade, directamente ou através de entidades contratadas para o efeito.
3. Os fornecedores de combustíveis devem estar registados junto da entidade competente para derivados de petróleo, para efeitos de verificação das quantidades de biocombustíveis incorporados nos combustíveis fósseis.

ARTIGO 24.º

(Controlo da origem dos biocombustíveis)

1. Os produtores de biocombustíveis devem obter e manter em arquivo os comprovativos da origem biológica e das características do seu produto emitidos por entidades competentes nos termos a regulamentar pela entidade reguladora dos Biocombustíveis.
2. A entrega do produto às entidades responsáveis pela sua incorporação em combustíveis fósseis ou pela sua introdução no mercado deve ser acompanhada de cópia dos comprovativos referidos no número anterior.

CAPÍTULO VI

Direitos Fundiários e Conteúdo Local

ARTIGO 25.º

(Concessão de direitos fundiários)

1. A constituição de direitos fundiários sobre terrenos para o exercício de actividades agro-industriais ligadas aos biocombustíveis deve observar a legislação fundiária vigente.
2. O Poder Executivo poderá aprovar regulamentos sobre políticas fundiárias que permitam garantir e simplificar a atribuição dos direitos fundiários necessários para o desenvolvimento de projectos destinados ao cultivo de matérias-primas e à produção de biocombustíveis.
3. Sem prejuízo da constituição dos demais direitos para fins de produção agrícola ou de biocombustíveis, a administração pública deve priorizar, quando aplicável, nos termos da legislação vigente, a constituição do direito de superfície a favor dos produtores agrícolas e operadores económicos de biocombustíveis.

Artigo 26.º

(Terrenos para cultivo de matérias-primas)

1. A entidade reguladora de Biocombustíveis presta a assistência aos promotores de projecto e aos operadores económicos de biocombustíveis, podendo recomendar zonas ou terrenos para a implementação de projectos de produção de matérias-primas de acordo com o departamento ministerial responsável [pela agricultura / ordenamento do território].
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, para efeitos de licenciamento da actividade ou aprovação do projecto, cabe aos promotores de projecto e aos operadores económicos de biocombustíveis a escolha dos terrenos que considerem mais apropriados à implementação dos seus projectos, bem como, a tramitação junto dos órgãos da administração pública nos termos do artigo anterior.

Artigo 27.º

(Fomento ao emprego)

1. O produtor de biomassa e o produtor de biocombustíveis em grande escala deve preferencialmente empregar trabalhadores de nacionalidade angolana, assim como utilizar bens e serviços nacionais.
2. Em caso de impossibilidade fundamentada, podem ser empregues trabalhadores estrangeiros, nos termos da legislação vigente.
3. As entidades referidas no número 1 ficam obrigadas a assegurar a formação e desenvolvimento técnico dos seus trabalhadores no sector dos biocombustíveis.

Artigo 28.º

(Envolvimento das Comunidades Locais)

1. Os projectos de produção de biocombustíveis que tenham uma produção anual superior a 5000 toneladas estão sujeitos a procedimento de controlo prévio, acompanhado por uma proposta de envolvimento das comunidades locais, sujeitos à aprovação da entidade reguladora de biocombustíveis.
2. A proposta de envolvimento das comunidades locais pode incluir, entre outras, medidas que promovam:
 - a) Geração de emprego local especialmente durante a construção, operação e manutenção da instalação de produção de biocombustíveis com recurso a população local;
 - b) Promoção da conservação da biodiversidade com envolvimento da população, escolas e associações locais;
 - c) Desenvolvimento de projectos de carácter social incluindo a cooperação com as escolas localizadas na proximidade da instalação de produção de biocombustíveis;
 - d) Fomento da agricultura de fim alimentar.
3. Para a implementação dos projectos de produção de biocombustíveis, os interessados podem realizar ou custear a abertura das vias rodoviárias de acesso, a edificação de estruturas sociais e sanitárias, assim como implementar transportes colectivos funcionais, cujos destinos sejam locais e localidades próximas da instalação de produção de biocombustíveis.

CAPÍTULO VII

Actividades de produção, armazenagem e comercialização de biocombustíveis

ARTIGO 29.º

(Exercício da actividade de produção de biocombustíveis)

1. As actividades de produção, armazenagem e comercialização de biocombustíveis é exercida mediante licença nos termos de procedimento a regulamentar.
2. A emissão da licença é responsabilidade da entidade reguladora de Biocombustíveis, que pelo acto cobra taxas e emolumentos em montante a definir em legislação complementar.
3. Os operadores económicos de biocombustíveis actuam em regime de mercado, detendo e explorando as instalações industriais de produção de biocombustíveis.

ARTIGO 30.º

(Comercialização de biocombustíveis)

1. Os biocombustíveis podem ser comercializados tanto no mercado nacional como internacional.
2. Os produtores de biocombustíveis devem comunicar numa base semestral à entidade reguladora de Biocombustíveis as quantidades de biocombustíveis produzidas, assim como, os volumes comercializados e a identificação dos respectivos compradores.
3. As distribuidoras e os transportadores de produtos petrolíferos devem preparar e adaptar as suas instalações e equipamentos para manusear, armazenar, transportar e distribuir biocombustíveis, em conformidade com as normas técnicas e ambientais aplicáveis.

ARTIGO 31.º

(Preço dos biocombustíveis)

O preço dos biocombustíveis deve ser calculado pelo operador económico, nos termos de fórmula que deve ter em conta, entre outros factores, os índices de referência internacionais, e monitorizada pela Entidade Reguladora de Biocombustíveis.

CAPÍTULO VIII

Proteção do Ambiente

Artigo 32.º

(Avaliação de impacto e licenciamento ambiental)

1. As actividades de cultivo, armazenamento e processamento de matérias-primas ligadas aos biocombustíveis, bem como, a produção de biocombustíveis, o estabelecimento e a exploração de instalações agrícolas ou industriais ligadas aos biocombustíveis, não dispensa o licenciamento ambiental nos termos da legislação ambiental aplicável, com as adaptações constantes dos números seguintes.
2. A emissão da licença ambiental fica condicionada à elaboração, pelo interessado e à aprovação pelo órgão competente de uma avaliação de impacto ambiental, conforme o disposto no Regulamento Geral de Avaliação de Impacto Ambiental e do Procedimento de Licenciamento Ambiental, aprovado por Decreto Presidencial n.º 117/20, de 22 de Abril, e demais legislação em vigor.
3. Sem prejuízo do atendimento às demais normas e padrões de protecção do ambiente e dos planos de ordenamento do território previstos na Lei n.º 3/04, de 25 de Junho, as actividades de cultivo em áreas inferiores a 10 hectares ficam isentas de licenciamento ambiental.
4. A referida isenção não se aplica às situações em que o somatório de duas ou mais áreas objecto de direitos fundiários para o cultivo de matérias-primas, bem como outras prováveis fontes de

Comentado [ANPG1]: Propomos a eliminação, atendendo que a classificação das actividades sujeita a EIA estão indicadas no DP 117/20.

biocombustíveis, construção de unidades industriais e complexos agro-industriais, contíguas ou não, ultrapasse o limite referido no número anterior, ainda que os direitos fundiários tenham sido atribuídos a pessoas singulares ou colectivas distintas, caso em que a avaliação de impacto ambiental pode ser conduzida em conjunto, pelos titulares de direitos fundiários, abrangendo as diversas áreas objecto dos referidos direitos.

Artigo 33.º

(Recuperação ambiental)

Os produtores de biocombustíveis devem observar as regras e procedimentos das actividades de recuperação ambiental e desmantelamento de instalações e maquinaria utilizada para a produção biocombustíveis no território nacional.

CAPÍTULO IX

Obrigações das entidades ligadas à produção de biocombustíveis

Artigo 34.º

(Obrigações)

São obrigações dos produtores agrícolas, das entidades industriais e das entidades agroindustriais ligados à produção de biocombustíveis, as seguintes:

- a) obter todas as licenças e autorizações exigidas por lei para o exercício das actividades previstas na presente lei;
- b) submeter-se às acções de fiscalização da Entidade Reguladora de Biocombustíveis;
- c) cumprir com o disposto na Lei Geral do Trabalho e legislação complementar no tocante à contratação de mão-de-obra nacional e estrangeira, bem como, as normas de segurança, protecção ambiental e higiene no trabalho;
- d) notificar a entidade reguladora de Biocombustíveis em caso de cedência ou alienação dos direitos e obrigações constituídos nos termos da presente lei;
- e) não utilizar os terrenos sobre os quais tenham sido constituídos direitos fundiários para fins diversos daqueles a que se destinam;
- f) fornecer todas as informações solicitadas pelos órgãos competentes;
- g) cumprir com as disposições constantes da legislação em vigor sobre seguros relativamente aos trabalhadores;

- h) tratar os lixos, os resíduos e controlo de emissões resultantes da actividade industrial de produção de biocombustíveis de acordo com os padrões estabelecidos pelos tratados internacionais e da legislação vigente sobre o ambiente;
- i) na vedação que delimita os terrenos de cultivo das matérias-primas para biocombustíveis, respeitar os caminhos adjacentes que as populações rurais utilizam para obter água, lenha, carvão vegetal, caça e visitar povoações circunvizinhas;
- j) no pós-projecto deve a entidade beneficiária realizar a restauração dos solos o mais natural possível.

CAPÍTULO X

Exportação de matérias-primas e biocombustíveis

ARTIGO 35.º

(Exportação de matérias-primas e biocombustíveis)

Para efeitos de exportação de matérias-primas e biocombustíveis para o mercado internacional, os produtores de matérias-primas e biocombustíveis devem cumprir com os requisitos de certificação e de comprovação da natureza, origem e sustentabilidade das matérias-primas ou biocombustíveis aplicáveis e exigidos pelos respectivos países.

CAPÍTULO XI

INCENTIVOS

Artigo 36.º

(Selo social de biocombustível)

1. O selo social de biocombustível é concedido ao produtor de biocombustível que:
 - a) promova a inclusão dos pequenos agricultores através da aquisição de matéria-prima nacional;
 - b) comprove que tem a sua situação tributária regularizada.
2. Para fins do disposto no número 1.º, o produtor de biocombustíveis deve:
 - a) adquirir aos pequenos agricultores a matéria-prima para a produção nacional de biocombustíveis, em parcela igual ou superior ao limite mínimo estabelecido, em percentagem, pelo departamento ministerial responsável pelos biocombustíveis, sob proposta da entidade reguladora dos biocombustíveis;

- b) celebrar contratos de aquisição de matéria-prima com pequenos agricultores ou cooperativas locais ou nacionais que especifiquem as condições comerciais que lhes garantam preços mínimos e prazos compatíveis com a atividade;
 - c) assegurar a formação, assistência e capacitação técnicas aos pequenos agricultores.
3. Para a fixação do limite mínimo da alínea a) do número 2., é permitida:
- a) Diferenciação por região;
 - b) Estipulação em relação às aquisições anuais de matéria-prima efectuadas pelo produtor de biocombustíveis;
 - c) Exclusão da sua composição dos valores proporcionais ao volume de biocombustíveis exportado.
4. Além do previsto no artigo 37.º, o Selo Social de Biocombustível pode:
- a) conferir direitos, benefícios, incentivos e facilidades no âmbito de políticas públicas destinadas à promoção da produção de combustíveis renováveis;
 - b) ser utilizado para fins de promoção comercial de sua produção.
5. Compete à entidade reguladora dos biocombustíveis:
- a) regulamentar os procedimentos, as responsabilidades e os demais requisitos para a concessão, renovação e cancelamento do Selo Social de Biocombustível;
 - b) proceder à avaliação e qualificação dos produtores de biocombustíveis para a concessão e manutenção do uso do Selo Social de Biocombustível;
 - c) conceder o Selo Social de Biocombustível aos produtores de biocombustíveis;
 - d) fiscalizar os produtores de biocombustíveis que obtiveram o Selo Social de Biocombustível quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos na presente lei;
 - e) estabelecer o prazo de validade do Selo Social de Biocombustível; e
 - f) estabelecer o percentual mínimo de agricultores que as cooperativas agropecuárias devem possuir nos seus quadros de cooperados para fins de habilitação como fornecedores de matéria-prima para efeitos de concessão do Selo Social de Biocombustível aos produtores de biocombustíveis.

ARTIGO 37.º

(Incentivos do selo social de biocombustível)

1. Os titulares do selo social de biocombustível estão isentos do pagamento de Imposto sobre a Aplicação de Capitais e beneficiam de redução em [__] % da taxa de liquidação final do Imposto Industrial.

2. Os benefícios previstos no presente artigo são automáticos e vigoram para o exercício fiscal em que se tenham verificado os requisitos de emissão do selo social de biocombustível.

Artigo 38.º

(Subsídios, fundos de apoio e facilidades de crédito)

O Titular do Poder Executivo pode aprovar políticas e programas:

- a) de subsídios e fundos de apoio para a prossecução de projectos ligados ao sector dos biocombustíveis, nos termos a regulamentar, designadamente projectos de investigação, desenvolvimento e inovação em matéria de biocombustíveis, de produção de matérias-primas destinadas à produção de biocombustíveis e de instalações de mistura, tecnologias e equipamentos necessários à produção de biocombustíveis.
- b) de financiamento que visem promover e fomentar o sector dos biocombustíveis, nomeadamente, mediante a concessão de créditos com reduções dos encargos de natureza financeira por instituições financeiras aos operadores económicos de biocombustíveis destinados a financiar projectos no sector dos biocombustíveis.

Artigo 39.º

(Incentivos Tributários e Aduaneiros)

1. Ao exercício das actividades relacionadas com a produção de biocombustíveis são aplicáveis os incentivos previstos na legislação tributária, aduaneira e de investimento vigente.
2. Os biocombustíveis são considerados parte do sector agro-industrial, portanto, sector de actividade prioritário, para efeitos da aplicação do regime especial de investimento previsto na Lei n.º 10/18, de 26 de Junho, do Investimento Privado, alterada pela Lei n.º 10/21, de 22 de Abril e pelo Código de Benefícios Fiscais.
3. O Titular do Poder Executivo pode, nos termos de autorização legislativa da Assembleia Nacional, atribuir incentivos fiscais, cambiais ou aduaneiros, bem como, estabelecer os mecanismos que se tornem necessários implementar para promover e impulsionar as actividades ligadas aos biocombustíveis, incluindo benefícios de natureza financeira e facilidades especiais, para importação das matérias-primas e equipamentos necessários ao exercício das referidas actividades.

CAPÍTULO XII

(Fiscalização, Inspeção e Contra-ordenações)

Artigo 40.º

(Contra-ordenações)

1. A violação do disposto na presente Lei constitui Contra-Ordenação punível com coima e sanções acessórias aplicáveis em função do grau de culpa do infractor, nos termos a regulamentar pelo departamento ministerial responsável pelos biocombustíveis, conforme o previsto pelo Regime Geral das Contra-Ordenações.
2. Compete à Entidade Reguladora dos Biocombustíveis instaurar, instruir e decidir os procedimentos de contra-ordenação.
3. O produto das coimas aplicadas ao abrigo do presente diploma, nos termos a regulamentar, é distribuído nos seguintes termos:
 - a) 40% para a CUT;
 - b) 60% para a Entidade Reguladora de Biocombustíveis.

Artigo 41.º

(Fiscalização e dever de colaboração com as autoridades)

1. A fiscalização do cumprimento da presente lei e respectiva regulamentação incumbe à entidade reguladora, nos termos a definir em regulamento próprio, sem prejuízo da competência atribuída a outras entidades no âmbito das suas respectivas atribuições.
2. Para os efeitos do disposto no número anterior, os operadores devem prestar toda a assistência necessária à realização de acções de inspecção e de fiscalização na instalação, incluindo para a colheita de amostras e disponibilização de informações solicitadas, sendo a obstrução passível de punição, nos termos da lei.

CAPÍTULO XIII

Disposições Finais

ARTIGO 42.º

(Reservas de segurança e biocombustíveis)

Para efeitos de cumprimento da obrigação nacional de constituição de reservas de segurança são contabilizados os biocombustíveis armazenados em território nacional que se destinam a ser misturados com combustíveis fósseis para consumo final, nos termos a regulamentar pelo Titular do Poder Executivo.

ARTIGO 43.º

(Serviço de Apoio aos Biocombustíveis)

1. A entidade reguladora de Biocombustíveis pode propor a criação de um serviço auxiliar, com procedimentos expeditos e simplificados, que concentre no mesmo espaço extensões ou delegações dos órgãos da administração pública e outros serviços que sejam necessários ao apoio de projectos de biocombustíveis.
2. As extensões, delegações ou os serviços referidos no número anterior mantêm-se independentes no exercício das respectivas competências, praticando actos e agindo tecnicamente de acordo com os seus estatutos, com as instruções das respectivas tutelas e com a legislação aplicável.

ARTIGO 44.º

(Regime transitório)

Conforme aplicável, a presente lei não impede a continuidade de projectos em curso antes da sua entrada em vigor, devendo os operadores económicos de biocombustíveis requerer as entidades competentes a convalidação ou validação dos elementos em falta nos termos da presente Lei no prazo de 180 dias.

ARTIGO 45.º

(Revogação)

É revogada a Resolução n.º 122/09, de 23 de Dezembro, e a Lei n.º 6/10, de 23 de Abril, bem como, toda a legislação que contrarie o presente Diploma.

Artigo 46.º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor 180 dias após a sua publicação.

Artigo 47.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação da presente lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

Anexo I

- a) Algas, se cultivadas em terra, em lagos naturais, etc.;
- b) Fração de biomassa de resíduos urbanos mistos, mas não resíduos domésticos separados sujeitos a objetivos de reciclagem;
- c) Bio resíduos das habitações, sujeitos à recolha selectiva;
- d) Fração de biomassa de resíduos industriais não apropriada para uso na cadeia alimentar humana ou animal, incluindo material da venda a retalho ou por grosso e da indústria agroalimentar e da pesca e aquicultura;
- e) Palha;
- f) Estrume animal e lamas de depuração;
- g) Efluentes da produção de óleo de palma e cachos de frutos de palma vazios;
- h) Breu de *tall oil*;
- i) Glicerina não refinada;
- j) Bagaço;
- k) Bagaços de uvas e borras de vinho;
- l) Cascas de frutos secos;
- m) Peles;
- n) Carolos limpos dos grãos de milho;
- o) Fração de biomassa de resíduos provenientes da silvicultura e de indústrias conexas, tais como cascas, ramos, desbastes pré-comerciais, folhas, agulhas, copas das árvores, serradura, aparas, licor negro, licor de sulfito, lamas de fibra de papel, lenhina e *tall oil*;
- p) Outro material celulósico não alimentar;
- q) Outro material lignocelulósico, excepto toros para serrar e madeira para folhear;
- r) Combustíveis líquidos e gasosos renováveis de origem não biológica para os transportes;
- s) Captura e utilização de carbono para fins de transporte, se a fonte de energia for renovável;
- t) Bactérias, se a fonte de energia for renovável;
- u) Outros aprovados pela entidade reguladora dos biocombustíveis.